

REPRESENTAÇÕES SOBRE DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

REPRESENTATIONS ON TEACHING IN DISTANCE

SOEIRA, Elaine dos Reis¹

Grupo Temático 1. Ensino e aprendizagem por meio de/para o uso de TDIC
Subgrupo 1.2 Docência, formação e atuação – o papel do professor”

Resumo:

Este artigo aborda a questão da identidade profissional docente contextualizando-a e problematizando-a no âmbito da educação a distância. Para tanto são trazidos aportes teóricos respaldados na legislação vigente e nas pesquisas desenvolvidas por Lapa e Pretto (2010), Silva (2012) e nos constructos propostos por Dubar (1997), Pimenta (1997) e Arroyo (2008). Metodologicamente a pesquisa situa-se numa abordagem qualitativa (MINAYO, 2010), estruturada sob os princípios da Teoria das Representações Sociais, na sua abordagem societal (DOISE, 2001). Os resultados preliminares indicam que, de forma geral, os profissionais participantes da pesquisa concordam que o exercício da docência na EaD deve ocorrer com base em princípios de compartilhamento e colaboração envolvendo todos os que atuam diretamente no processo formativo dos estudantes, seja na condição de professores formadores e/ou de professores tutores. Contudo, a análise sobre elementos da prática docente, indicam que há status diferentes de participação dos profissionais, que levam a questionamentos sobre a identidade profissional atribuída e as representações ancoradas sobre as mesmas.

Palavras-chave: Docência. Educação a Distância. Representações.

Abstract:

This article addresses a question of documentary professional identity, contextualizing and problematizing it in the context of distance education. For the two main theoretical topics respected in the current legislation and in the research produced by Lapa and Pretto (2010), Silva (2012) and in the constructs proposed by Dubar (1997), Pimenta (1997) and Arroyo (2008). Methodologically, a research is based on a qualitative approach (MINAYO, 2010), structured under the principles of Theory of Social Representations, in its social approach (DOISE, 2001). The preliminary results use that, in general, the professionals participating in the research agree that the teaching exercise in distance education should take place based on the principles of sharing and collaboration involving all those who work directly in the students' training process, in the practice of teacher educators and / or tutor teachers. However, an analysis of elements of teaching practice indicates that there is a different status of participation by professionals, which leads to questions about an assigned professional identity and as representations anchored on them.

Keywords: Teaching. Distance Education. Representations.

1. Introdução

¹ Instituto Federal de Alagoas (IFAL).

Este texto apresenta uma discussão relativa ao tema docência na Educação a Distância (EaD), inserido no escopo de uma pesquisa que tem por objeto de estudo a identidade profissional dos docentes que atuam nessa modalidade de ensino. O objetivo geral da discussão exposta neste momento é discutir a docência na educação a distância, a partir das representações de tutores e professores. Como objetivos específicos destacam-se: analisar representações de professores e tutores sobre a docência da educação a distância; refletir sobre a docência na educação a distância, a partir de uma concepção colaborativa do trabalho pedagógico.

O texto encontra-se estruturado em quatro sessões. Na primeira é apresentado o conceito de identidade profissional, seguido de uma problematização no âmbito da EaD. A segunda sessão apresenta brevemente elementos da metodologia. Na terceira sessão são trazidos alguns resultados da pesquisa empírica. As considerações finais são apresentadas na quarta sessão.

2. Identidade profissional na EaD: território em disputa?

O Brasil vem investindo em ações para regulamentar a oferta de EaD, com o propósito de garantir condições mínimas de funcionamento dos cursos nas instituições credenciadas, ao mesmo tempo em que garante a democratização do acesso à educação pública, especialmente no nível superior. No que tange à qualidade dos cursos, podem ser identificados diversos fatores que podem influenciar neste processo, desde à infraestrutura dos polos de atendimento presencial àqueles de ordem pedagógica e administrativa.

No âmbito das Instituições Públicas de Ensino Superior, destaca-se o Decreto nº 5.800/2006, que instituiu o Sistema UAB, com vistas à expansão e interiorização da educação superior no País, tendo dentre os seus objetivos: a formação de professores em cursos de licenciatura, a ampliação do acesso à educação superior pública, e a redução das desigualdades na oferta da educação superior nas diferentes regiões do país. Seu funcionamento ocorre em regime de colaboração da União com os entes federativos, sendo a sua estrutura organizacional composta pelas seguintes funções: coordenador de polo, tutor presencial e a distância, professor-pesquisador, coordenador de tutoria, coordenador de curso, coordenador-adjunto UAB e coordenador UAB, as quais são remuneradas por meio de bolsas.

Outro documento basilar na regulamentação da EaD são os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância, publicado em 2007. De acordo com este documento, apesar de não ter “força de lei, ele será um referencial norteador para subsidiar atos legais do poder público no que se referem aos processos específicos de regulação, supervisão e avaliação da modalidade citada” (p. 2). Neste documento são detalhados aspectos da estrutura física e humana necessária à implantação e implementação de cursos na modalidade EaD.

Dentre os aspectos tratados nos Referenciais, interessam-me as atribuições dos professores e tutores. A razão dessa escolha deve-se à relação de dependência das atividades desempenhadas por tais profissionais, que se configuram no efetivo exercício da docência, tendo em vista que ambos tratam do processo de construção do conhecimento junto aos estudantes.

Na análise mais minuciosa do documento, constata-se um silêncio quanto à necessidade de articulação do trabalho coletivo e colaborativo entre esses profissionais. Mais que isso, pode-se dizer até que fica implícito um status diferenciado entre as suas atribuições, no qual um planeja e, o outro, coloca em prática.

Assim, a função dos tutores aparece abreviada ao ato rudimentar de acompanhar e assessorar os estudantes, ou seja, “desobrigando-os da mediação docente”. Assim, as instituições de ensino que adotam este modelo de tutoria, impõem a estes profissionais a condição da “não-docência”, seja pelo

fato de não estarem “autorizados” a ministrar conteúdos, seja pela precária (ou ausência) de formação profissional específica para trabalhar na EaD.

Somam-se ainda, as questões apontadas por Silva (2012) e Lapa e Pretto (2010) no que se refere ao modelo de gestão da EaD no Brasil que promove o esfacelamento da docência em diferentes papéis, com status e responsabilidades diferentes, contudo, sem deixar que algumas dessas atividades, a exemplo das que são desenvolvidas pelos tutores e pelos professores, deixem de ser atividade docente.

Em contraposição, seguindo o que preconiza a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – atual gestora do Sistema UAB – os editais para seleção exigem formação e experiência docente, para a contratação de tutores e professores. Nesse sentido, reforça-se a hipótese de que a distinção se dá por meio de um requisito circunstancial, não estando atrelada à formação, à experiência ou à capacidade dos indivíduos que vêm a desempenhar tais funções. Por que então, não adotar uma concepção pedagógica que articule a prática pedagógica desses profissionais, ao invés de fragmentar ainda mais o trabalho docente? Ao que parece, essa problemática assenta-se num plano muito mais político² do que pedagógico, haja visto que existem certas conveniências na manutenção do *status* superior, inerente à função de professor em detrimento daquele referente à função de tutor, naturalizando a ideia de “*educação-sem-docência*” e reforçando o processo de precarização do trabalho docente. Não obstante, uma análise da realidade da educação superior, considerando o funcionamento do Sistema UAB, é notória uma oposição completa ao que ele expõe.

Considerando o exposto por Lapa e Pretto (2010) e Silva (2012) acerca do esfrelamento da docência por diferentes profissionais, exercendo diferentes papéis e atribuições, seria um processo análogo à segregação dos professores em “castas”, com níveis de autonomia, responsabilidades e reconhecimento diferenciados, como problematizado por Arroyo (2008).

Os momentos em que uma categoria profissional passa por momentos de tensão, podem converter-se em oportunidades ímpares para que os indivíduos discutam os significados, limites e contornos da categoria e da profissão, tendo em vista que a “identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação sociais da profissão; da revisão constante dos significados sociais da profissão; da revisão das tradições. Como, também, da reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas.” (PIMENTA, 1997, p. 7).

Destarte, na EaD, muitas vezes, vemos o exato contrário. Isto é, uma defesa, talvez até de forma inconsciente, de que cada um na porção que lhe cabe na ação pedagógica, deva trabalhar de forma a preservar a hierarquia entre as funções e as atribuições, perpetuando o *status quo* da relação professores e tutores, os quais são colocados em polos antagônicos enquanto a atividade desenvolvida por cada um é de natureza complementar, considerando a totalidade do processo de ensino-aprendizagem. Nesse caso, enquanto a organização didática estiver assim estabelecida, a docência seria, efetivamente, um território em disputa.

² A legislação mais recente para regulamentar a oferta da EaD, tais como a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017 e o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que apesar de trazerem o entendimento de que os tutores são profissionais da educação, assegurando a necessidade de formação adequada para o desempenho da função, mas não esclarece a natureza da função. As atividades de tutoria, como expresso na Portaria nº 1125/16, não corresponderiam às atividades de acompanhamento aos estudantes, inclusive em relação à aprendizagem dos conteúdos e requerendo, em muitos casos, uma intervenção mais direta nesse processo? A caracterização dos profissionais da educação presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 parece não contribuir de forma significativa para esclarecer tal impasse.

3. Aspectos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa qualitativa (MINAYO, 2010), orientada pelo arcabouço teórico-metodológico da Teoria das Representações Sociais (TRS), em sua abordagem societal, a partir dos estudos de Doise (2001). O campo empírico foi composto por professores e tutores de cursos de licenciatura a distância, ofertados por uma IES localizada no nordeste brasileiro. A coleta de dados ocorreu por meio de questionário *online* e a análise textual foi apoiada pelo *software* IRAMUTEQ.

4. Achados da pesquisa

As representações emergentes das respostas emitidas pelos participantes, enfatizam a compreensão da docência numa perspectiva de compartilhamento e colaboração. A maioria considera que a docência na EaD é exercida pelos professores, tutores presenciais e a distância, porque são profissionais que atuam diretamente no processo de ensino-aprendizagem, acompanhando e apoiando os estudantes durante o curso. Contudo, há participantes que restringem a docência apenas aos professores, devido ao fato de que estes planejam a disciplina, ministram as aulas presenciais e, porque os cursos selecionados para a pesquisa são para formação de professores. Contudo, suscita-se a questão: o acompanhamento dos estudantes durante uma disciplina e/ou um curso não fazem parte da atuação docente? Se sim, os tutores responsáveis diretos para esse tipo de atividade, também não exercem a docência?

Seria possível pensar, conforme apontam Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1992), que existe uma estrutura de representação comum sobre docência, partilhada pela maioria dos membros e refletindo uma espécie de acordo grupal, ainda que alguns membros apresentem significados e representações singulares. Pode-se questionar ainda se, a representação que agrega o maior número de membros pode ser considerada uma representação institucionalizada ou apenas uma construção particularizada, ancorada em outras experiências.

Quando questionados sobre a prática de planejamento colaborativo (que implicaria na participação de todos envolvidos com a docência), houve uma divergência maior entre as representações. Dentre os que afirmaram não haver a participação ou haver a ocorrência de participações pontuais, a suposta homogeneidade institucional presente na questão anterior (sugerindo uma compreensão ampliada de que professores e tutores exercem docência) é fragilizada.

A representação sobre o planejamento aponta-o como um domínio do fazer de professor, que na maioria das vezes, apenas informa e comunica o que será feito aos tutores, profissionais com os quais compartilha nuances da docência. A representação consensual que emerge nesse contexto é efetivamente de polarização, a qual traz consequências tanto para o desenvolvimento pedagógico, quanto para a questão da docência como campo profissional, uma vez que há profissionais excluídos da realização do que concerne, também, à sua competência. A despeito dessa divergência, a maioria dos participantes, afirma de que todos os profissionais que atuam no âmbito da docência, deveriam participar das ações de planejamento. Seria esse um sinal da necessidade de fomentar debates acerca desse tema no nível institucional? Além disso, as reflexões suscitadas por esses elementos colocam em xeque a identidade profissional atribuída e autopercebida (DUBAR, 1997), uma vez que o contexto sugere participações diferentes dos sujeitos.

5. Considerações

Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de aprofundar a pesquisa, no sentido de desvelar as relações entre os diferentes profissionais envolvidos com a docência na EaD, na instituição

pesquisada, a fim de possibilitar a compreensão de como a identidade profissional é construída, atribuída e negociada pelos diferentes agentes, inclusive extrapolando os professores e tutores, e conhecendo as representações ancoradas na gestão educacional. A partir da análise preliminar dos dados também é possível identificar que a adoção de alguns princípios pedagógicos, a exemplo do planejamento participativo e colaborativo, é possível vislumbrar outras perspectivas de validação e reconhecimento da identidade profissional daqueles que atuam no campo da docência na EaD.

Referências

- ARROYO, A. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BRASIL. Decreto nº 5.800 de 08 de junho de 2006. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília-DF, 09 jun. 2006. Seção 1, p. 4.
- BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília-DF, 25 mai. 2017. Seção 1, p. 3.
- BRASIL. Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília-DF, 21 jun. 2017. Seção 1, p. 9
- BRASIL. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância**. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em 30 jan. 2020.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília-DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.
- DOISE, W. Atitudes e representações sociais. In: JODELET, D. (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001, p. 187-203.
- DOISE, W.; et al. **Représentations sociales et analyses de données**. Grenoble: Presses universitaires de Grenoble, 1992.
- DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Tradução Anette Pierrette R. Botelho; Estela Pinto Ribeiro Lamas. Porto: Porto Editora, 1997.
- LAPA, A.; PRETTO, N. De L. Educação a distância e precarização do trabalho docente. **Em Aberto**, Brasília – DF, v. 23, n. 84, p. 79-97, nov. 2010. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1792/1355>>. Acesso em: 27 jan. 2020.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.
- PIMENTA, S. G. Formação de professores - saberes da docência e Identidade do professor. **Nuances**-Vol. III, set. 1997. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/download/50/46>>. Acesso em 30 jan. 2020.
- SILVA, M. Educação a distância (EAD) e educação on-line (EOL) nas reuniões do GT16 da ANPED (2000-2010). **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 30, p. 93-116, set./dez. 2012. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://periodicos.proped.pro.br/index.php?journal=revistateias&page=article&op=view&path%5B%5D=1362&path%5B%5D=949>>. Acesso em: 07 jan. 2020.